United Nations
Economic Commission for Africa

Distribuição: LIMITADA
E/ECA-EA-SA/ICSOE/2026/6.2

Novembro de 2026
Original: INGLÊS

Sessão Conjunta do Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos (ICSOE) para a África Oriental e Austral

Novembro de 2026
Windhoek, Namíbia

Relatório de progresso sobre as principais agendas regionais e internacionais e outras iniciativas especiais na África Austral

SECÇÃO 1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEÚDO
1.2 OBJECTIVOS

SECÇÃO 2. ANÁLISE POR PAÍS

SECÇÃO 3. PERSPECTIVAS REGIONAIS

3.1 ANÁLISE COMPARATIVA DO DESEMPENHO DOS ODS

3.2 CONSTRANGIMENTOS COMUNS E DESAFIOS REGIONAIS

SECÇÃO 4. ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO ACELERADA DOS ODS

SECÇÃO 5. REFERÊNCIAS

SECÇÃO 1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO

1. Faltando menos de cinco anos para atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, a África vive um momento decisivo. Embora tenham sido alcançados avanços importantes em diversas áreas do desenvolvimento sustentável, o progresso tem sido desigual e cada vez mais limitado por choques económicos, ambientais e geopolíticos sobrepostos. A escalada das tensões geopolíticas no Médio Oriente, as perturbações nas rotas comerciais marítimas, a volatilidade dos preços da energia e dos alimentos, o aumento das tensões comerciais e as incertezas relacionadas com as tarifas, bem como o aperto das condições financeiras globais, continuam a afectar a recuperação económica e as perspectivas de desenvolvimento.
2. Em África, estes desafios agravaram restrições estruturais de longa data, incluindo a diversificação económica limitada, os défices de infra-estruturas, os níveis relativamente baixos de produtividade e de adopção de tecnologia, e a contínua dependência de financiamento externo. O Relatório de Desenvolvimento Sustentável de África de 2026 (ASDR) observa que as restrições de financiamento, os choques climáticos, a crescente vulnerabilidade da dívida e as lacunas de capacidade institucional continuam a atrasar a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063 em todo o continente.
3. Neste contexto, os países da África Austral enfrentam a necessidade urgente de acelerar a implementação dos ODS, ao mesmo tempo que reforçam a resiliência face aos riscos económicos e geopolíticos emergentes. Este relatório não se limita a descrever os progressos alcançados, mas procura também identificar as principais restrições estruturais, os riscos emergentes e as oportunidades para acelerar a implementação dos ODS. O relatório combina os dados do Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2026 (RDS 2026), do Relatório de Desenvolvimento Sustentável de África 2026 (RDSA 2026) e das Revisões Nacionais Voluntárias (RNVs).

1.2 OBJECTIVOS

4. O presente Relatório sobre a Implementação das Agendas Regionais e Internacionais e Outras Iniciativas Especiais na África Austral tem como objectivo avaliar os progressos no sentido da consecução dos ODS na África Austral; analisar as experiências nacionais e as lições aprendidas com as Revisões Nacionais Voluntárias (RNVs); examinar os principais desafios de desenvolvimento e financiamento; identificar áreas onde é necessária uma implementação acelerada; e propor recomendações políticas para acelerar o progresso em direção à Agenda 2030.

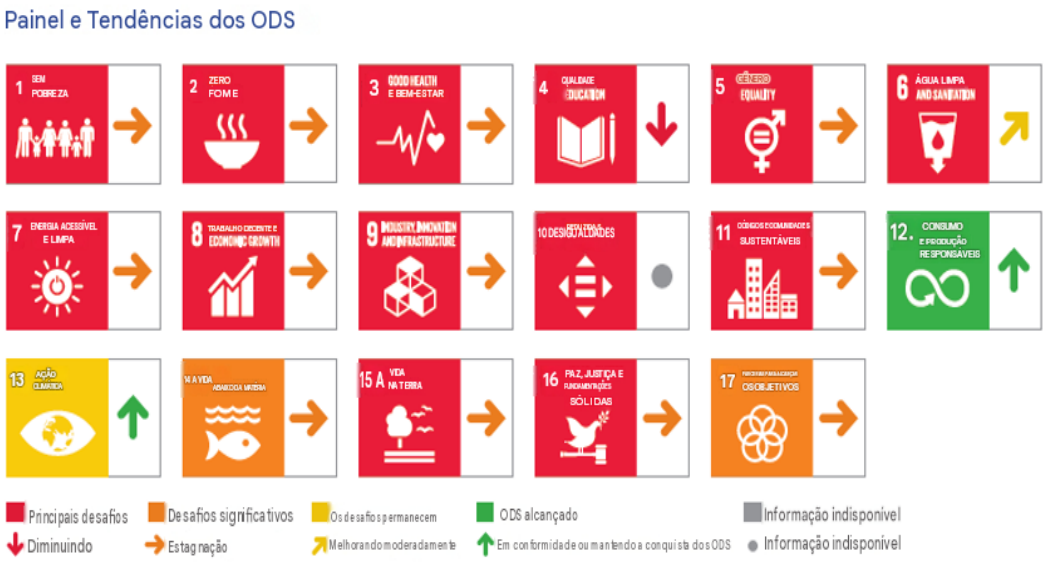
SECÇÃO 2. ANÁLISE POR PAÍS

5. **Angola** Angola ocupa a 156ª posição entre 169 países no Relatório de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de 2026, com uma pontuação de 52,4, o que indica que ainda persistem

desafios significativos em relação aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Embora o país tenha demonstrado pontos fortes relativos na sustentabilidade ambiental e nas áreas relacionadas com o clima, o progresso continua a ser desigual entre os objectivos. Angola apresentou um desempenho relativamente melhor em áreas relacionadas com o consumo e a produção sustentáveis (ODS 12) e com a acção climática (ODS 13), em comparação com vários outros ODS, embora ainda persistam desafios significativos em toda a estrutura mais ampla dos ODS. Ademais, o Relatório Nacional Voluntário (RNV) de Angola para 2025 destaca as iniciativas governamentais em curso relacionadas com a governação ambiental, a gestão sustentável dos recursos naturais e a resiliência climática (Governo de Angola, 2025).

6. O Relatório Nacional Voluntário (RNV) de 2025 destaca ainda mais os esforços de Angola para reforçar a diversificação económica e a integração regional através de investimentos estratégicos em infraestruturas e conectividade. Um exemplo notável é o Corredor do Lobito, que deverá dinamizar o comércio regional, melhorar a conectividade dos transportes e facilitar o acesso aos mercados internacionais para Angola e países vizinhos. Para além da sua importância económica, o Corredor tem o potencial de contribuir para múltiplos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apoiando a criação de emprego, o desenvolvimento de infra-estruturas, as cadeias de valor regionais e o crescimento económico inclusivo. A iniciativa reflecte a crescente ênfase de Angola no aproveitamento das infra-estruturas como catalisador para o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural.

7. Quanto às boas práticas, Angolatem emOs últimos anos testemunharam progressos notáveis na melhoria das infraestruturas urbanas e da habitação em Angola. Em 2021, apenas cerca de 38% da população urbana tinha acesso a habitação formal e a infraestruturas adequadas, mas, em 2024, este número aumentou para aproximadamente 45%, refletindo investimentos substanciais na construção de novos centros urbanos e projetos habitacionais. Para apoiar ainda mais o acesso à habitação, o governo introduziu novos regulamentos, incluindo o Aviso 9/2023 do Banco Nacional de Angola (BNA), que estabelece regimes especiais para empréstimos à habitação e à construção, facilitando assim o financiamento para a compra e construção de imóveis. Decretos complementares que regulam os preços de venda e as rendas das habitações financiadas com fundos públicos tornaram também o mercado imobiliário mais acessível aos cidadãos de baixos e médios rendimentos (Governo de Angola, 2025).



8. **Botsuana** O país ocupa a 112ª posição entre 169 países no Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2026, com uma pontuação de 64,6. Embora ainda esteja atrasado em relação a vários Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o seu desempenho é relativamente melhor do que o de muitos países da África Austral. Esta posição relativamente favorável pode ser associada a décadas de investimento em instituições públicas, serviços sociais e planeamento para o desenvolvimento. A trajetória de desenvolvimento do país tem sido sustentada por sistemas de governação relativamente fortes e por um compromisso com a integração dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos quadros de planeamento nacional. Ao mesmo tempo, ainda existem desafios para alcançar um crescimento inclusivo, reduzir o desemprego, particularmente entre os jovens, e diversificar a economia para além das fontes tradicionais de crescimento.

9. O Botswana deu passos importantes no sentido de reforçar a arquitectura de financiamento para o desenvolvimento sustentável através da criação de um Quadro Nacional Integrado de Financiamento (INFF). O INFF procura alinhar os fluxos de financiamento público e privado com as prioridades nacionais de desenvolvimento e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), melhorando a coerência das políticas, a mobilização de recursos e a eficácia do financiamento. O quadro representa uma abordagem abrangente para lidar com as lacunas de financiamento dos ODS e fornece uma plataforma para a mobilização de recursos nacionais e internacionais. Ao interligar os processos de planeamento, orçamento e financiamento, o INFF apoia a tomada de decisões baseadas em evidências e promove uma maior responsabilização na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável.

10. O Botswana continuou também a dar prioridade à diversificação económica e à competitividade como elementos-chave da sua agenda nacional de desenvolvimento. O Relatório de Desenvolvimento Sustentável de África 2026 destaca ainda a quota relativamente elevada do sector transformador de média e alta tecnologia no Botswana. Com base na última observação disponível reportada no Relatório, o sector transformador de média e alta tecnologia representou aproximadamente 26% do valor acrescentado da indústria, estando entre as maiores quotas registadas nos países africanos seleccionados (UA, ECA, PNUD, 2026). A diversificação económica, contudo, continua a ser uma importante prioridade nacional de desenvolvimento, juntamente com a criação de emprego e o crescimento inclusivo (Governo do Botswana, 2022).



11. **Eswatini** O país ocupa a 133ª posição entre 169 países no Relatório de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de 2026, com um Índice de ODS de 59,0, o que indica que persistem importantes desafios de desenvolvimento, apesar do progresso notável em áreas selecionadas. Embora o país continue a enfrentar limitações relacionadas com a redução da pobreza, a desigualdade e a criação de emprego, o seu desempenho tem sido sustentado por investimentos contínuos na saúde, na protecção social e na igualdade de género. De acordo com a Revisão Nacional Voluntária (RNV) de 2025, Eswatini obteve progressos substanciais nos indicadores relacionados com a saúde e a igualdade de género. Os ganhos significativos incluem a redução da mortalidade infantil (menores de cinco anos), melhorias nos serviços de saúde materna e reprodutiva, progresso contínuo no combate ao VIH/SIDA, à tuberculose e à malária, bem como o aumento da representação feminina em cargos de decisão. A RNV destaca ainda a expansão dos programas de proteção social e das intervenções direcionadas para a redução da vulnerabilidade entre mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência. Estes esforços podem ajudar a explicar o desempenho relativamente mais forte do país em diversos ODS do sector social.

12. Os resultados do ODS 3 revelaram que as taxas de mortalidade infantil (menores de 5 anos) diminuíram de 104 por 1.000 para 41 por 1.000 nados-vivos e que houve um aumento da proporção de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados, de 88,3% para 98,6%. Além disso, registaram-se progressos notáveis no combate ao VIH, à tuberculose (TB) e à malária. A incidência de VIH entre os adultos dos 15 aos 49 anos diminuiu de 1,36% em 2016 para 0,85%, de acordo com o Relatório Nacional Voluntário (RNV) de 2025, enquanto a incidência de TB diminuiu de 398 para 350 por 100.000 habitantes entre 2016 e 2023. Apesar dos avanços positivos, ainda existem desafios, como a escassez de medicamentos nas unidades de saúde, uma área prioritária para reformas, e o aumento do número de mortes associadas a doenças não transmissíveis. Uma das conquistas mais notáveis destacadas no Relatório Nacional Voluntário (RNV) de Eswatini para 2025 é o progresso para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. Em 2023, o país lançou a Política Nacional de Género (PNG), que fornece orientações e ferramentas para as partes interessadas e instituições de todos os setores, visando a integração e o avanço da igualdade e equidade de género (Governo de Eswatini, 2025).

Painel e Tendências dos ODS



13. **Lesoto** O Lesoto ocupa a 145ª posição entre 169 países no Relatório de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de 2026, com um Índice de Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de 54,9, o que indica que persistem desafios substanciais em relação aos ODS. Os resultados do RDS sugerem que é necessária uma aceleração significativa, particularmente no que diz respeito ao enfrentamento da pobreza persistente, do desemprego e dos desafios ao desenvolvimento humano. De acordo com o Relatório Nacional Voluntário (RNV) de 2025, o Lesoto reafirmou o seu compromisso com o princípio de "Não Deixar Ninguém Para Trás" através de iniciativas que visam a melhoria da inclusão social e o reforço do apoio a grupos vulneráveis. O RNV destaca os progressos na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo a operacionalização da Lei de Equidade para Pessoas com Deficiência (PDEA) de 2021 e o estabelecimento do Conselho Consultivo para Pessoas com Deficiência

(PWDAC) em 2025. Estas medidas reflectem a crescente atenção à equidade e à protecção social, o que pode ajudar a explicar o desempenho relativamente mais forte do país em indicadores seleccionados de desenvolvimento social, apesar dos desafios mais amplos de implementação.

14. Uma mensagem fundamental que emerge do Relatório Nacional Voluntário (RNV) é que o desemprego jovem continua a ser o desafio de desenvolvimento mais premente do país. O Governo declarou o desemprego jovem como uma calamidade nacional para o período de 2025 a 2027, de forma a mobilizar recursos e acelerar as intervenções. O relatório identifica ainda as elevadas taxas de pobreza, a insegurança alimentar e o fraco crescimento económico como importantes obstáculos à implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Apesar dos progressos na inclusão e protecção social, o financiamento limitado, a capacidade de implementação insuficiente e o apoio político desigual continuam a restringir os resultados do desenvolvimento. O RNV sublinha ainda a necessidade de uma transformação económica mais robusta, do alargamento das oportunidades de emprego, do reforço dos sistemas de protecção social e da melhoria dos sistemas nacionais de dados e de monitorização. Em resposta, o Lesoto adoptou uma estratégia focada na resiliência. As principais intervenções incluem a criação de um cadastro social nacional, o desenvolvimento de zonas económicas especiais (ZEEs) e a implementação do Mapa do Investidor dos ODS. As reformas dirigidas à juventude incluem a reformulação do programa de bolsas de estudo para o ensino superior e o lançamento de programas de liderança e envolvimento cívico. Os esforços de resiliência climática e a catástrofes estão a ser alargados através da Estratégia de Redução do Risco de Catástrofes (2020-2030), com investimentos em sistemas de alerta precoce e estruturas de preparação descentralizadas (Governo do Lesoto, 2025).

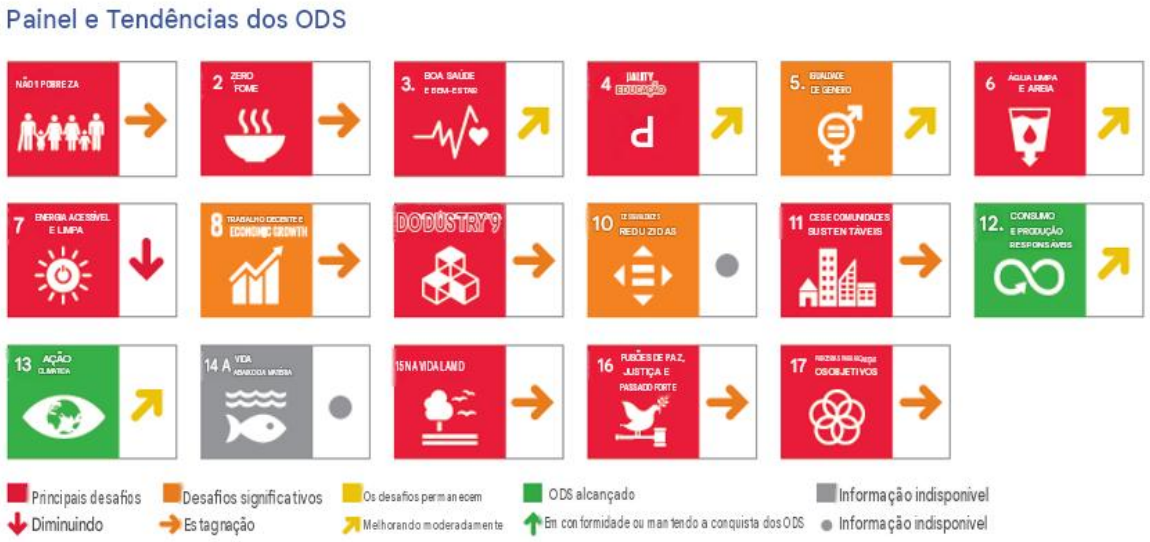
Painel e Tendências dos ODS



15. O Malawi ocupa a 140ª posição entre 169 países no Relatório de Desenvolvimento Sustentável (RDS) 2026, com um Índice de ODS de 56,5, o que indica que ainda existem desafios substanciais para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Apesar destes desafios, o Malawi tem demonstrado empenho na integração dos ODS nos seus planos nacionais e estratégias de desenvolvimento. Foram observados progressos em indicadores seleccionados de saúde, género e ambiente, apoiados por investimentos contínuos em programas de protecção social e desenvolvimento comunitário. No entanto, o desempenho global do país em relação aos ODS continua vulnerável a choques climáticos recorrentes e a restrições económicas estruturais, que continuam a atrasar o progresso em diversos objectivos.

16. O Malawi apresentou este ano o seu terceiro Relatório Nacional Voluntário (RNV). Uma das principais conclusões do RNV é que as alterações climáticas se tornaram um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento sustentável no Malawi. As secas recorrentes, as inundações e as tempestades tropicais, em particular o Ciclone Freddy de 2023, interromperam repetidamente a produção agrícola, danificaram as infraestruturas e aumentaram a insegurança alimentar. Como a agricultura continua a ser um sector fundamental para a subsistência e o emprego, os impactos climáticos continuam a ter consequências de longo alcance para o progresso em diversos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 84,2% das comunidades foram afetadas por desastres nos últimos três anos, com prejuízos económicos que atingiram os 506,7 milhões de dólares só em 2023/24. Para acelerar o progresso, o Governo colocou a agricultura climática inteligente, as energias renováveis, a expansão da protecção social e as infra-estruturas digitais no centro das suas prioridades de investimento.

17. O Relatório Nacional Voluntário (RNV) destaca também as persistentes restrições de financiamento como grandes obstáculos à implementação dos ODS. Para melhorar a mobilização de recursos internos, o Malawi digitalizou a administração fiscal através da plataforma Msonkho Online, reviu os incentivos fiscais para alargar a base fiscal e aumentou o Fundo de Desenvolvimento da Circunscrição Eleitoral para reforçar os investimentos locais nos ODS. As reformas de gestão das finanças públicas e de reestruturação da dívida continuam a visar restaurar a sustentabilidade orçamental e da dívida, embora persistam desafios macroeconómicos e fiscais significativos. O acordo de Linha de Crédito Alargada do FMI para o Malawi, com vigência até 2023, foi automaticamente encerrado a 14 de maio de 2025, sem que tenha sido concluída uma revisão do programa, o que evidencia os desafios contínuos na disciplina orçamental, na mobilização de receitas e na reestruturação da dívida externa (FMI, 2025). Para atrair investimento privado alinhado com os ODS, o Governo está a desenvolver uma carteira de projetos financiáveis, a reforçar a estrutura de Parcerias Público-Privadas e a alavancar instrumentos de financiamento mistos para reduzir os riscos em setores estratégicos, como as energias renováveis, a agroindústria e as infraestruturas digitais (Governo do Malawi, 2026).



18. **Maurícias** O país ocupa a 97ª posição entre 169 países no Relatório de Desenvolvimento Sustentável (SDR) 2026, com um Índice de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de 68,0, sendo o país com melhor desempenho entre os Estados-membros do Gabinete Sub-Regional da Comissão Económica para a África Austral. O desempenho relativamente forte do país reflecte décadas de investimento no desenvolvimento humano, na boa governação, nos sistemas de protecção social e na diversificação económica. Este desempenho pode ser associado a esforços contínuos para fortalecer as instituições públicas, melhorar o acesso aos serviços sociais e promover uma economia mais diversificada. Contudo, o país continua a enfrentar desafios para garantir a resiliência económica a longo prazo, aumentar o crescimento da produtividade e lidar com as pressões ambientais associadas às suas características de Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID).

19. Uma mensagem fundamental que emerge do Relatório Nacional Voluntário (RNV) das Maurícias é a importância de construir uma economia resiliente, inclusiva e impulsionada pela inovação, capaz de responder a choques económicos e ambientais globais. O RNV destaca os esforços contínuos para reforçar a digitalização, a inovação, a modernização dos serviços públicos e a sustentabilidade ambiental como pilares essenciais do desenvolvimento nacional. É também dada especial ênfase à governação digital, ao desenvolvimento de competências e à utilização da tecnologia como catalisador para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Governo das Maurícias, 2024). De acordo com o Relatório Anual de Desenvolvimento Sustentável (ASDR) de 2026, as Maurícias e a África do Sul passaram de uma cobertura digital de governo eletrónico "elevada" para "muito alta", segundo avaliações do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU (UN DESA), demonstrando capacidade institucional aliada ao desenvolvimento de infraestruturas (UA, CEA, PNUD, 2026). Estes esforços podem ajudar a

explicar o desempenho relativamente mais forte das Maurícias em múltiplos ODS, em comparação com muitos países da sub-região.

20. Como Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), as Maurícias estão cada vez mais expostas a riscos relacionados com o clima, incluindo inundações, erosão costeira e eventos climáticos extremos. Nos últimos anos, tem-se registado um aumento da frequência de chuvas intensas e inundações repentinas, incluindo grandes inundações que afectaram Port Louis em Janeiro e Abril de 2024. Estes desastres resultaram na perda de vidas, danos nas infra-estruturas e interrupções nas actividades económicas e na educação, evidenciando a vulnerabilidade do país às alterações climáticas. Em resposta, as Maurícias reforçaram a sua estrutura de gestão de riscos de catástrofes através da implementação do Plano Diretor de Drenagem de Terras, concluído em 2022 com o apoio da Agence Française de Développement (AFD). A iniciativa procura reduzir os riscos de inundação, proteger os cidadãos e as infraestruturas críticas e melhorar a capacidade do país para responder a catástrofes relacionadas com o clima. Até maio de 2024, a Autoridade de Drenagem de Terras tinha identificado 306 áreas propensas a inundações e 58 áreas de alto risco de inundação, fornecendo uma importante base de evidências para o planeamento de preparação para desastres e adaptação climática.



21. **Moçambique** Moçambique ocupa a 153ª posição entre 169 países no Relatório de Desenvolvimento Sustentável (RDS) 2026, com um Índice de ODS de 53,0, o que indica que persistem desafios significativos para o desenvolvimento em vários ODS. A implementação dos ODS em Moçambique continua a ser afectada por choques múltiplos e sobrepostos. Para além dos ciclones recorrentes, das inundações e de outros riscos relacionados com o clima, o conflito e a insegurança em Cabo Delgado contribuíram para a deslocação de pessoas e para as necessidades humanitárias, interromperam os meios de subsistência e o

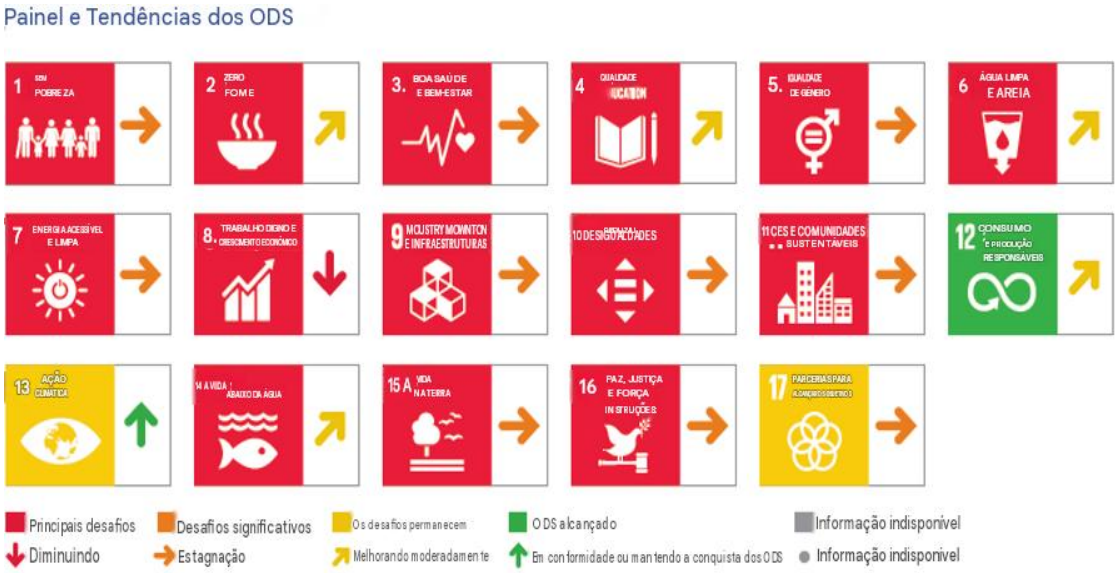
acesso a serviços básicos e exerceram pressões adicionais sobre as comunidades já vulneráveis. Estes desafios climáticos e de segurança sobrepostos dificultam os esforços para sustentar os ganhos de desenvolvimento e acelerar o progresso em direção aos ODS. Não obstante, Moçambique tem demonstrado um forte empenho na integração dos ODS no planeamento e nas políticas nacionais de desenvolvimento. A agenda de desenvolvimento do país reconhece cada vez mais as interligações entre a redução da pobreza, a resiliência climática, a inclusão social e a transformação económica.

22. Moçambique apresentou este ano o seu segundo Relatório Nacional Voluntário (RNV). Uma mensagem fundamental que emerge dos RNV de Moçambique é o papel central da construção de resiliência no desenvolvimento sustentável. A revisão destaca o impacto significativo dos ciclones, inundações e outros choques climáticos nos meios de subsistência, infraestruturas e serviços sociais. Estes acontecimentos recorrentes têm desviado recursos das prioridades de desenvolvimento a longo prazo e atrasado o progresso em direcção a vários Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).O Relatório Nacional Voluntário (RNV) sublinha também a importância de reforçar as estruturas de governação local, melhorar a coordenação entre as instituições e alargar o acesso aos serviços essenciais. É dada especial atenção à redução da pobreza, à promoção da segurança alimentar e ao aumento da resiliência entre as comunidades vulneráveis. Estas prioridades reflectem a necessidade de abordar tanto os desafios imediatos de desenvolvimento como as vulnerabilidades estruturais a longo prazo. Governo de Moçambique, 2026).

Boas Práticas: Integração dos ODS no Planeamento do Desenvolvimento Nacional e Local

Uma das práticas mais notáveis destacadas na Revisão Nacional Voluntária (RNV) de Moçambique é a integração dos ODS nos instrumentos de planeamento nacional e local. Moçambique aprimorou os seus esforços para alinhar a implementação da Agenda 2030 com as suas estratégias nacionais de desenvolvimento e com os processos de descentralização. Em resposta à necessidade de adaptar os ODS às realidades locais, Moçambique avançou com iniciativas de localização dos ODS. Estas iniciativas incluem a promoção de Revisões Locais Voluntárias (RLVs) a nível provincial, distrital e municipal. Através da localização dos ODS, os governos provinciais e distritais têm sido cada vez mais incentivados a incorporar as prioridades do desenvolvimento sustentável nos processos de planeamento e orçamento locais.

Esta abordagem fortalece a apropriação dos ODS nos diferentes níveis de governo e ajuda a traduzir os compromissos globais em ações concretas que respondam aos desafios de desenvolvimento locais. Moçambique tem envidado esforços para integrar os ODS nos quadros de planeamento do desenvolvimento a nível nacional e subnacional, proporcionando uma base institucional para uma maior coerência política e localização da Agenda 2030. Contudo, a integração dos ODS nos quadros de planeamento deve ser distinguida da evidência de uma melhor implementação, o que exigiria uma avaliação mais aprofundada das dotações orçamentais, da execução dos projectos e dos resultados dos serviços.



23. **Namíbia** A Namíbia ocupa a 100ª posição entre 169 países no Relatório de Desenvolvimento Sustentável (RDS) 2026, com um Índice de Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de 67,1, sendo o segundo país com melhor desempenho na África Austral, a seguir às Ilhas Maurícias. O desempenho relativamente forte do país reflecte investimentos contínuos em governação, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental, apoiados por um quadro de desenvolvimento a longo prazo ancorado na Visão 2030 e em sucessivos Planos Nacionais de Desenvolvimento. No entanto, a Namíbia ainda não atingiu as metas em vários ODS e continua a enfrentar desafios relacionados com o desemprego, a pobreza, a vulnerabilidade climática e a transformação económica.

24. Um tema central que emerge do Relatório Nacional Voluntário (RNV) de 2024 é a integração do desenvolvimento sustentável nos sistemas nacionais de planeamento e financiamento. A Namíbia incorporou os ODS na sua arquitectura nacional de desenvolvimento através da Visão 2030, do Quinto Plano Nacional de Desenvolvimento (NDP5) e da elaboração do NDP6. O relatório destaca também o lançamento de uma Avaliação do Financiamento para o Desenvolvimento (AFD) como parte da abordagem mais ampla do Quadro Nacional Integrado de Financiamento do país, que visa reforçar o financiamento dos ODS e melhorar a mobilização de recursos. O RNV destaca ainda os investimentos na proteção social, educação, saúde e ação climática. A Namíbia continuou a reforçar os programas destinados a reduzir as vulnerabilidades entre as famílias mais pobres, ao mesmo tempo que investe na transformação económica a longo prazo. Estes esforços podem ajudar a explicar o desempenho relativamente melhor do país no Relatório Nacional de Desenvolvimento Sustentável (RND) em comparação com muitos outros países da África Austral.

25. Uma conquista notável destacada na Revisão Nacional Voluntária (RNV) da Namíbia para 2024 é o seu compromisso em posicionar-se como líder regional em industrialização verde e energia renovável. Em 2024, a Namíbia inaugurou o primeiro posto de abastecimento de

hidrogénio verde em África, aproveitando os seus significativos recursos solares e costeiros como parte de uma estratégia mais vasta para promover o crescimento verde e a diversificação económica. O país também mobilizou um financiamento ambiental substancial através do Fundo de Investimento Ambiental.[1]e reforçou a sua capacidade de atrair recursos relacionados com o clima de parceiros internacionais. A iniciativa demonstra como os países podem alavancar as energias renováveis e o desenvolvimento industrial verde para apoiar o crescimento sustentável, ao mesmo tempo que combatem as alterações climáticas. A estratégia de hidrogénio verde da Namíbia visa apoiar a diversificação económica, promover o desenvolvimento industrial de baixo carbono e atrair investimento para o desenvolvimento sustentável. Estes esforços posicionam o país como um exemplo emergente de como os investimentos relacionados com o clima podem contribuir para objectivos de desenvolvimento mais amplos (Governo da Namíbia, 2024).



26. A África do Sul ocupa a 109ª posição entre 169 países no Relatório de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de 2026, com um Índice de Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de 65,2, o que a coloca entre os países com melhor desempenho na África Austral. No entanto, os marcos institucionais e políticos relativamente fortes do país ainda não se traduziram em ganhos de desenvolvimento generalizados. O último Relatório Nacional Voluntário (RNV) concluído pela África do Sul é o de 2019. O país apresentou mensagens principais atualizadas do RNV no Fórum Político de Alto Nível (HLPF) de 2025, enquanto o seu segundo RNV completo está previsto para 2027; esta análise utiliza, portanto, a Análise Comum do País (ACC) de 2025 como fonte complementar, que fornece a avaliação mais recente do progresso e dos desafios do desenvolvimento sustentável do país. De acordo com a ACC de 2025, a África do Sul continua a enfrentar desafios estruturais profundamente enraizados, incluindo os níveis mais elevados de desigualdade a nível global, desemprego persistentemente elevado, particularmente entre os jovens, pobreza, fragilidades na

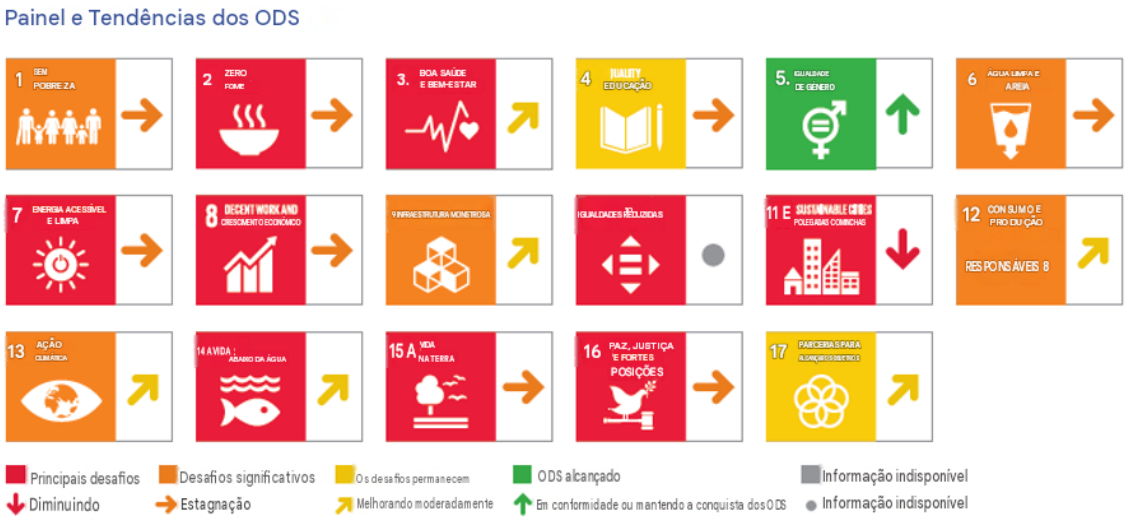
[1]Nos últimos 12 anos, o Fundo de Investimento Ambiental angariou mais de N$ 1,7 mil milhões, com uma média de N$ 141,7 milhões anuais, e prevê-se que atinja os N$ 2,9 mil milhões até 2030.

governação e défices de infraestruturas. Embora tenham sido alcançados progressos significativos na expansão do acesso a serviços básicos como a electricidade, a água, o saneamento, a educação e a protecção social, estes progressos são frequentemente prejudicados pela desigualdade na qualidade dos serviços, pelas disparidades espaciais e pelos desafios de implementação a nível local. A Análise das Alterações Climáticas (CCA) identifica a desigualdade e a coesão social; o desenvolvimento do capital humano e o bem-estar; a violência, o crime, a corrupção e a governação; e as deficiências nas infraestruturas e na prestação de serviços como as principais barreiras para alcançar o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

27. Uma mensagem central que emerge da experiência de desenvolvimento da África do Sul é que o desenvolvimento sustentável requer não só políticas sólidas, mas também uma implementação, coordenação e financiamento eficazes. A África do Sul alinhou os ODS com o seu Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), enquanto a Análise das Alterações Climáticas de 2025 identifica seis vias de aceleração para promover resultados de desenvolvimento: sistemas alimentares; acesso e acessibilidade à energia; conectividade digital; educação; empregos e proteção social; e alterações climáticas, perda de biodiversidade e poluição. Estas prioridades reflectem de perto a agenda de desenvolvimento mais ampla do país e demonstram um esforço para abordar os desafios interligados através de abordagens integradas. A análise destaca ainda a importância de reforçar a governação local, melhorar a prestação de serviços, mobilizar financiamento inovador e garantir que as populações vulneráveis não são deixadas para trás (Governo da África do Sul e Equipa das Nações Unidas no País da África do Sul, 2025).

Boas Práticas: Utilizar a Liderança Global para Promover o Desenvolvimento Sustentável

A África do Sul demonstrou liderança para além das suas fronteiras nacionais ao aproveitar a sua Presidência do G20 em 2025 para elevar as prioridades de desenvolvimento da África e do Sul Global nas discussões políticas globais. Sob o tema da Presidência, "Solidariedade, Igualdade e Sustentabilidade", a África do Sul colocou questões como a resiliência a catástrofes, a sustentabilidade da dívida, o financiamento para uma transição energética justa e o crescimento inclusivo no centro da agenda do G20. A Cimeira de Joanesburgo, a primeira do G20 realizada em solo africano, proporcionou uma oportunidade para defender o financiamento do desenvolvimento, a acção climática e uma governação económica global mais equitativa. Notavelmente, a África do Sul também ajudou a elevar o conceito de fogões limpos como um item permanente na agenda do G20 através do lançamento do Programa Legado de Cozinhas Limpas do G20 e de iniciativas de investimento relacionadas. Esta liderança ilustra como as prioridades nacionais de desenvolvimento podem ser traduzidas em acções globais, ligando desafios domésticos, como a transição energética, a desigualdade e o financiamento do desenvolvimento, com objectivos de desenvolvimento africanos mais amplos e a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063. Ao fazê-lo, a África do Sul reforçou o seu papel como um importante líder em desenvolvimento para a África e o Sul Global.



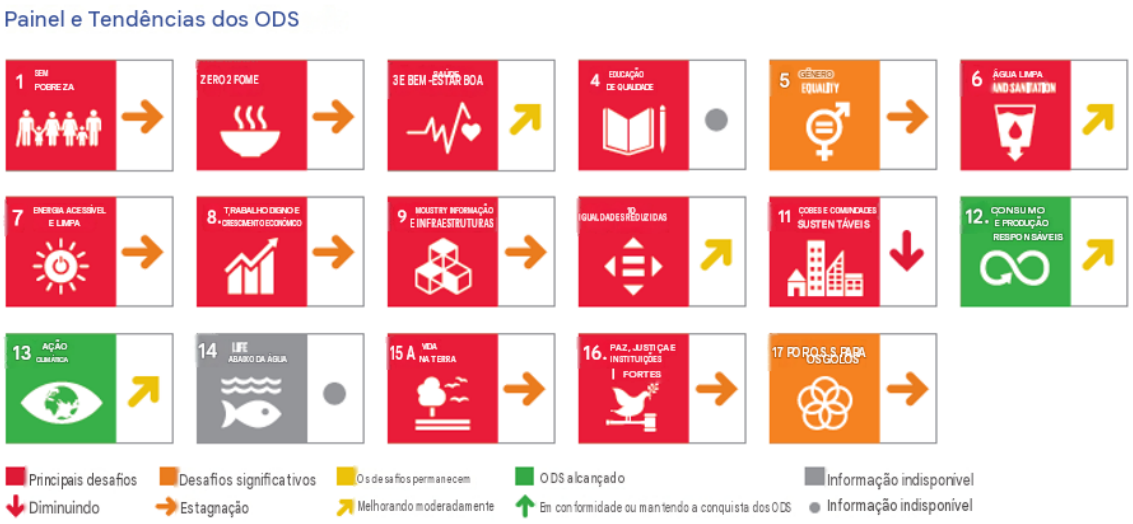
28. **Zâmbia** A Zâmbia ocupa a 150ª posição com um Índice de ODS de 53,9, figurando entre os países com pior desempenho no Relatório de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de 2026, o que reflecte os desafios persistentes na redução da pobreza, nos resultados do desenvolvimento humano e na implementação dos ODS. Embora tenham sido registados progressos em sectores seleccionados e a recente reestruturação da dívida tenha melhorado as perspectivas, a Zâmbia continua a enfrentar restrições significativas relacionadas com a vulnerabilidade climática, o elevado risco de sobreendividamento externo e geral, o espaço fiscal limitado e as lacunas nos sistemas de dados dos ODS. O Relatório Nacional Voluntário (RNV) de 2023 reconhece que a maioria das metas dos ODS continuam fora do caminho, em parte devido aos impactos a longo prazo da pandemia de COVID-19, aos choques climáticos recorrentes e às pressões macroeconómicas. Ao mesmo tempo, a Zâmbia demonstrou um forte empenho na integração dos ODS no planeamento nacional de desenvolvimento através da Visão 2030 e do Oitavo Plano Nacional de Desenvolvimento (8PND), que serve como principal estrutura para a implementação da Agenda 2030.

29. Um tema recorrente tanto no Relatório Nacional Voluntário (RNV) como na Análise Comum do País é a necessidade de reforçar a resiliência, a capacidade de implementação e o financiamento para o desenvolvimento sustentável. A revisão destaca a forma como as secas recorrentes, as inundações e a variabilidade climática afectaram a agricultura, a geração de energia, os recursos hídricos e os meios de subsistência, enquanto os elevados níveis de endividamento e o espaço fiscal limitado restringiram o investimento público. Em resposta, a Zâmbia tem priorizado cada vez mais a mobilização de recursos internos, a transformação digital, as reformas de governação e uma maior participação local como factores-chave para a implementação dos ODS (Governo da Zâmbia, 2023). De acordo com o Relatório Anual de Desenvolvimento Sustentável (RASD) de 2026, a Zâmbia reforçou a mobilização de recursos internos através do Sistema Integrado de Serviços Governamentais (GSB), que integrou 380 serviços governamentais até 2025 e possibilitou o rastreio digital em

tempo real das transações públicas. A reforma contribuiu para um aumento acentuado da cobrança de receitas não fiscais e melhorou a transparência e a gestão fiscal, ilustrando como a digitalização pode apoiar o financiamento sustentável para o desenvolvimento e acelerar a implementação dos ODS (UA, CEA, PNUD, 2026).

Boas Práticas: Localizar os ODS através da Descentralização e do Fundo de Desenvolvimento da Circunscrição Eleitoral (CDF)

Uma das práticas mais notáveis destacadas no Relatório Nacional Voluntário (RNV) da Zâmbia é o esforço para localizar a implementação dos ODS através de reformas de descentralização e da expansão do Fundo de Desenvolvimento da Circunscrição (FDC). O governo aumentou significativamente as alocações do FDC para capacitar as comunidades locais para identificar e implementar prioridades de desenvolvimento que atendam diretamente às necessidades locais, incluindo educação, saúde, água e infraestruturas comunitárias. O RNV sublinha que alcançar os ODS exige uma acção a nível subnacional e destaca o papel das autoridades locais, das comunidades e da sociedade civil como actores-chave na implementação. As lições que emergem do RNV da Zâmbia e da Revisão Local Voluntária (RLV) de Lusaka demonstram um forte compromisso político com a localização, o alinhamento entre os planos nacionais e locais, a incorporação das metas dos ODS nos orçamentos locais e os esforços para reforçar os sistemas de monitorização dos ODS. Com base na sua agenda de localização mais ampla, a Zâmbia continuou a reforçar a implementação subnacional dos ODS através de iniciativas como os sistemas de Ferramentas Integradas de Planeamento e Reporte (IPRT) e as estruturas de conteúdo local, contribuindo ainda mais para a melhoria do planeamento local, da monitorização e da participação económica, ajudando a traduzir as prioridades nacionais de desenvolvimento em resultados tangíveis a nível comunitário. Estas iniciativas alargaram os mecanismos institucionais e de financiamento disponíveis para a implementação dos ODS a nível subnacional, incluindo através do planeamento descentralizado e do Fundo de Desenvolvimento da Circunscrição (CDF). A Zâmbia oferece, por isso, um exemplo importante de como a localização pode traduzir os compromissos globais em acções de desenvolvimento tangíveis (Governo da Zâmbia,2023).



30. **Zimbábue**O país ocupa a 138ª posição entre 169 países no Relatório de Desenvolvimento Sustentável (RDS) 2026, com um Índice de ODS de 57,2, refletindo desafios persistentes de desenvolvimento relacionados com a pobreza, a vulnerabilidade macroeconómica e o financiamento limitado para o desenvolvimento. Apesar destas restrições, o país continua a demonstrar um forte compromisso político com o desenvolvimento sustentável através da integração dos ODS nos seus planos nacionais, incluindo a Visão 2030, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento 1 (END1) e a emergente Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2 (END2). Embora o RDS 2026 apresente tendências de deterioração nos ODS 1, 11 e 16, indicando que ainda persistem desafios significativos, o Relatório Nacional Voluntário (RNV) destaca os progressos em diversos sectores sociais e económicos. A cobertura dos programas de proteção social aumentou de 61% em 2022 para 66% em 2023, enquanto O Zimbabué também apresentou progressos notáveis na saúde materna, com a taxa de mortalidade materna a diminuir de 614 em 2014 para 363 em 2022. O país registou também melhorias nos resultados educativos, com uma taxa de conclusão do ensino primário de 91%, juntamente com uma crescente participação das mulheres em cargos de liderança e de tomada de decisão no Parlamento, no sector público e na administração local. Os progressos no acesso à eletricidade e o crescente investimento em energias renováveis demonstram ainda mais os esforços para reforçar o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

31. O Relatório Nacional Voluntário (RNV) de 2024 destaca os esforços do Zimbabué para reforçar a implementação dos ODS através de uma estrutura de governação e coordenação que liga os objectivos nacionais de desenvolvimento à Agenda 2030 e à Agenda 2063. Uma característica distintiva do RNV de 2024 do Zimbabué é a sua forte ênfase na localização dos ODS e na implementação a múltiplos níveis. Ao contrário de muitos países onde a localização continua a ser um objectivo político, o Zimbabué incorporou as Revisões Locais Voluntárias (RLVs) de vários municípios e conselhos distritais rurais directamente no processo do RNV. A revisão demonstra também um esforço deliberado para alinhar a Visão 2030, a Agenda 2030 e a Agenda 2063 a nível nacional e subnacional, reforçando a coerência

entre os sistemas de planeamento, implementação e monitorização. Esta abordagem reflecte o crescente reconhecimento de que a conquista dos ODS depende não só das políticas nacionais, mas também da apropriação local, da responsabilização e da participação dos cidadãos.

32. A agenda de localização é ainda reforçada pela inclusão das Conclusões das Consultas Provinciais nos anexos do Relatório Nacional Voluntário (RNV) de 2024, que documentam as prioridades de desenvolvimento, as conquistas e as limitações identificadas nas diferentes províncias. Ao captar sistematicamente as perspetivas locais e as realidades da implementação, a revisão proporciona uma compreensão mais abrangente do progresso dos ODS a nível subnacional e ajuda a garantir que as disparidades regionais e os desafios locais se refletem nos processos nacionais de planeamento e monitorização. Esta abordagem demonstra um forte compromisso com a implementação dos ODS baseada em evidências e participativa, ao mesmo tempo que reforça a prestação de contas entre os níveis nacional e local (Governo do Zimbabué, 2024).

Painel e Tendências dos ODS



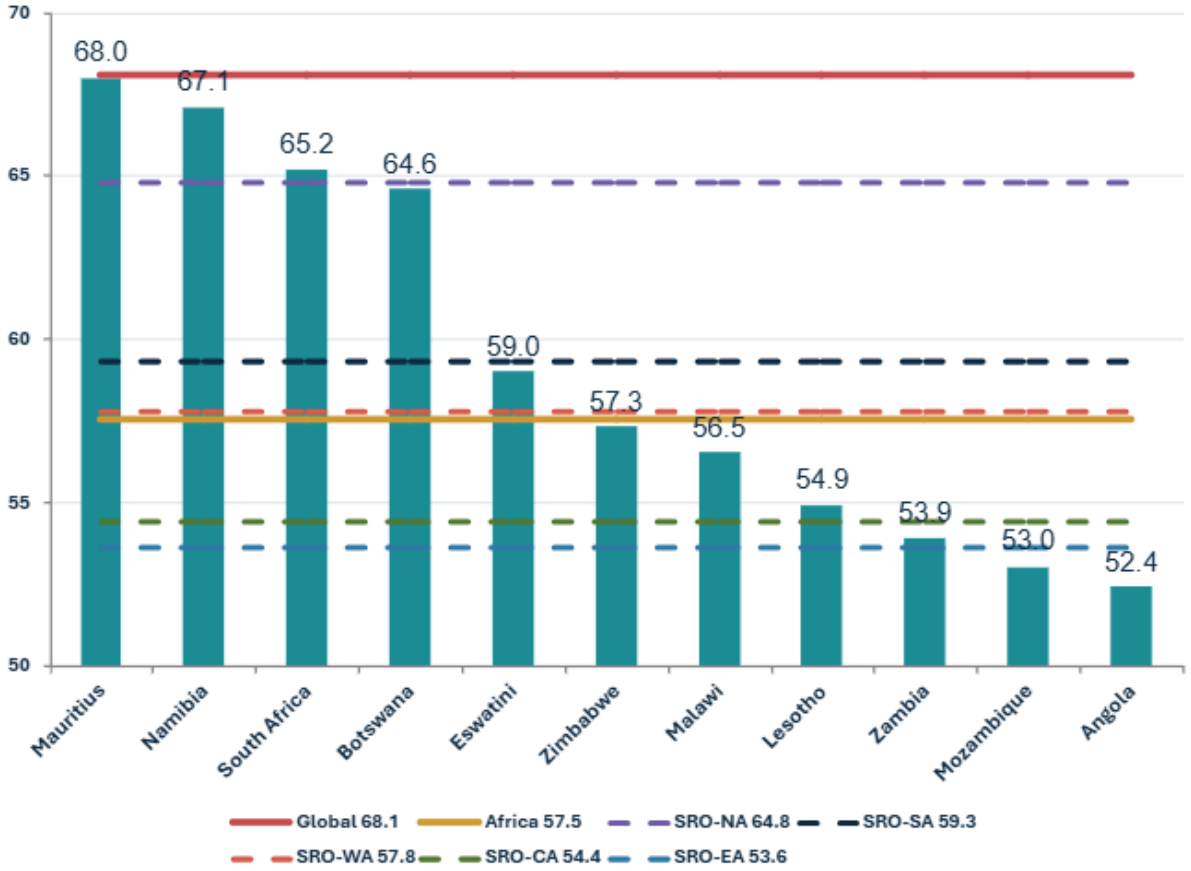
SECÇÃO 3. PERSPECTIVAS REGIONAIS

3.1 ANÁLISE COMPARATIVA DO DESEMPENHO DOS ODS

Indicador	Resultado
Pontuação média global do Índice de ODS (169 países)	68.1
Pontuação média do Índice de ODS de África (51 países)	57,5
Pontuação média do Índice de ODS na África Austral (11 países)	59,3
Pontuação mais elevada em SRO-SA	Maurício, 68,0
Pontuação mais baixa em SRO-SA	Angola, 52,4
Diferença de pontuação entre a mais alta e a mais baixa em SRO-SA	15,6 pontos
País mediano no SRO-SA	Zimbabué, 57,3
Países acima da média da SRO-SA	Maurícias, Namíbia, África do Sul, Botswana
Países abaixo da média da SRO-SA	Eswatini, Zimbabué, Malawi, Lesoto, Zâmbia, Moçambique, Angola

Comparação dos Índices de ODS: Global, África, Sub-regiões da ECA e Estados-Membros da SRO-SA (2026)[2]

[2]As médias regionais são médias aritméticas não ponderadas das pontuações do Índice de ODS a nível nacional, utilizando as classificações sub-regionais da ECA. Os países sem pontuação para o SDR 2026 são excluídos do cálculo. Assim, a média de África abrange 51 países; A Líbia, a Guiné Equatorial e as Seicheles são excluídas devido à indisponibilidade de pontuações.



Fonte: Autor Os cálculos baseiam-se na base de dados do Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2026.

33. A análise dos resultados do SDR 2026 indica que a África Austral continua a apresentar um desempenho relativamente bom no contexto africano, embora ainda existam lacunas significativas em comparação com o desempenho global dos ODS. A pontuação média do Índice de ODS dos onze países da África Austral situa-se em 59,3, superior à média africana de 57,5 e em segundo lugar entre as cinco sub-regiões da Europa Central e Oriental, atrás da África do Norte (64,8). No entanto, a média sub-regional continua bastante abaixo da média global de 68,1, o que evidencia a necessidade de esforços acelerados para colmatar a lacuna de implementação remanescente e reforçar o progresso rumo à Agenda 2030.

34. Ao mesmo tempo, o desempenho dos ODS na África Austral continua desigual. As Maurícias (68,0) registam a pontuação mais elevada no Índice de ODS da sub-região, enquanto Angola (52,4) ocupa a posição mais baixa, resultando numa diferença substancial de 15,6 pontos entre os países com melhor e pior desempenho. Apenas quatro países, nomeadamente as Maurícias, a Namíbia, a África do Sul e o Botswana, pontuam acima da média sub-regional, enquanto os restantes sete se situam abaixo desta. Com o Zimbabué (57,3) posicionado como o país com um desempenho mediano, os resultados sugerem que, embora a sub-região tenha um desempenho comparativamente melhor do que a maioria das sub-regiões africanas, um melhor desempenho em relação aos ODS continua concentrado num número

limitado de países, enquanto persistem disparidades consideráveis entre os Estados-membros.

3.2 CONSTRANGIMENTOS COMUNS E DESAFIOS REGIONAIS

35. As avaliações dos países apontam para quatro estrangulamentos estruturais interligados que continuam a restringir a implementação dos ODS na África Austral: conectividade limitada no comércio e nos transportes; insegurança energética e infraestruturas energéticas fragmentadas; diversificação económica insuficiente e desenvolvimento inadequado das cadeias de valor regionais; e restrições de financiamento e investimento. Estes desafios reforçam-se mutuamente: a conectividade deficiente aumenta os custos de comércio e de produção, a energia instável restringe a actividade industrial, a adição de valor limitada reduz as oportunidades de emprego e investimento, e as restrições de financiamento limitam os investimentos necessários para colmatar estas lacunas. A vulnerabilidade climática, a pobreza e a desigualdade amplificam ainda mais estas restrições estruturais e ameaçam a sustentabilidade dos ganhos em desenvolvimento.

Restrições à conectividade comercial e dos transportes

36. A África Austral continua a enfrentar restrições de conectividade que limitam a circulação eficiente de bens, serviços e insumos produtivos através das fronteiras nacionais. Os estrangulamentos nos transportes e na logística, os processos fronteiriços ineficientes e as lacunas nas infraestruturas comerciais aumentam os custos de acesso aos mercados regionais e continentais e restringem a capacidade das empresas de participarem eficazmente em redes de produção transfronteiriças. Estas limitações também restringem os potenciais benefícios da ZCLCA (Zona de Comércio Livre Continental Africana), particularmente para as economias mais pequenas e os países sem litoral que dependem fortemente de corredores de transporte regionais eficientes. O reforço da conectividade dos transportes e da facilitação do comércio é, por isso, fundamental para reduzir os custos comerciais, melhorar o acesso aos mercados e permitir uma integração económica regional mais profunda.

Insegurança energética e vulnerabilidade das infraestruturas

37. A energia fiável e acessível continua a ser essencial para a industrialização, o comércio e a prestação de serviços básicos, mas as limitações nas infra-estruturas e no fornecimento de energia continuam a afectar o desenvolvimento em toda a sub-região. A capacidade limitada de geração e transmissão, as lacunas na conectividade eléctrica transfronteiriça e a exposição dos sistemas energéticos a choques climáticos podem restringir a actividade produtiva e aumentar as vulnerabilidades. A variabilidade climática afecta também a geração de energia hidroeléctrica, a disponibilidade de água, a agricultura e a segurança alimentar

em vários Estados-Membros, demonstrando a natureza interligada dos desafios relacionados com a energia, o clima e o desenvolvimento. Por conseguinte, uma maior integração energética regional, o investimento em energias renováveis e a infraestrutura resiliente ao clima são importantes para reforçar a segurança energética e, ao mesmo tempo, apoiar a transformação económica sustentável.
Diversificação económica limitada, agregação de valor regional e criação de emprego.

38. Muitas economias da África Austral continuam a enfrentar uma diversificação produtiva limitada, uma adição de valor insuficiente e desafios persistentes no mercado de trabalho. A sub-região possui recursos minerais significativos e potencial em energias renováveis, contudo, as oportunidades para conectar esses ativos às cadeias de valor regionais de processamento, manufatura e indústria permanecem subexploradas. A dependência das matérias-primas pode também expor as economias a choques de preços externos, ao mesmo tempo que limita a criação de valor interno e as oportunidades de emprego. O desenvolvimento de cadeias de valor regionais, o reforço das capacidades produtivas e a expansão do processamento mineral e do processamento local poderão, assim, permitir aos Estados-membros capturar uma maior fatia do valor gerado pelos recursos naturais da sub-região, criando, simultaneamente, mais oportunidades de emprego produtivo.

Restrições de financiamento e investimento

39. As restrições de financiamento e o espaço fiscal limitado continuam a restringir o investimento em infra-estruturas, sectores produtivos, sistemas energéticos e outras prioridades dos ODS. Vários países enfrentam vulnerabilidades da dívida e pressões concorrentes das despesas, enquanto a insuficiência de projetos financiáveis e as restrições ao investimento podem limitar a mobilização de capital privado. O desafio, portanto, não é apenas mobilizar recursos públicos adicionais, mas também melhorar a eficiência e a credibilidade da gestão das finanças públicas, criar condições favoráveis ao investimento produtivo e mobilizar financiamento para iniciativas regionais e transfronteiriças.

Pressões transversais de desenvolvimento

40. O desempenho relativamente favorável do ODS 13 no painel de indicadores do SDR 2026 não deve ser interpretado como uma baixa vulnerabilidade climática, dado que a avaliação se baseia em grande parte em indicadores relacionados com as emissões. Muitos países da África Austral continuam altamente expostos a secas, inundações, ciclones e outros choques climáticos que afectam as infraestruturas, a agricultura, os sistemas energéticos, a segurança alimentar e os meios de subsistência. A vulnerabilidade climática continua, portanto, a ser uma importante pressão transversal ao desenvolvimento, especialmente porque eventos extremos recorrentes podem danificar as infraestruturas, perturbar os sistemas energéticos e alimentares, prejudicar os meios de subsistência e exercer pressão adicional sobre as finanças públicas já limitadas. Estes impactos são ainda agravados pela

pobreza e desigualdade persistentes, que reduzem a capacidade das famílias e das comunidades para absorver choques, recuperar de crises e beneficiar de oportunidades económicas emergentes. A resiliência climática, a inclusão social e o princípio de não deixar ninguém para trás devem, por isso, ser integrados nas intervenções em matéria de comércio e conectividade, sistemas energéticos, transformação produtiva e financiamento.

SECÇÃO 4. ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO ACELERADA DOS ODS

Reforçar a conectividade comercial e dos transportes para acelerar a implementação do AfCFTA

41. Os países da África Austral devem dar prioridade à conectividade dos transportes e à facilitação do comércio como fundamentos para a integração regional e a aceleração dos ODS. A nível nacional, os Estados-Membros devem reforçar as redes internas de transportes e logística, modernizar os sistemas aduaneiros e de fronteiras e melhorar as infraestruturas do comércio digital. A nível regional, deve ser dada maior ênfase a corredores transfronteiriços eficientes, procedimentos comerciais harmonizados e à implementação da ZCLCA (Zona de Comércio Livre Continental Africana) para melhorar a conectividade entre os centros de produção e os mercados regionais e continentais. Uma melhor conectividade física e digital do comércio pode reduzir os custos comerciais, expandir o acesso ao mercado e criar um ambiente propício a redes de produção regionais mais robustas, investimento e emprego.

Aprofundar a conectividade energética regional e acelerar a transição para a energia limpa.

42. Os Estados-Membros devem reforçar a segurança energética através de uma maior integração energética regional e do investimento em infraestruturas energéticas fiáveis, acessíveis e resilientes às alterações climáticas. Os esforços nacionais devem concentrar-se na geração de energias renováveis, em redes resilientes e em quadros de investimento favoráveis, enquanto a cooperação regional deve expandir as interligações transfronteiriças, a partilha de energia e o investimento coordenado em infraestruturas de transmissão. Os substanciais recursos de energias renováveis da África Austral, incluindo a energia solar, eólica, hidroelétrica e as oportunidades emergentes em energias verdes, podem apoiar tanto a ação climática como o desenvolvimento industrial quando interligados através de mercados energéticos regionais eficientes.

Construir cadeias de valor regionais para diversificação económica e agregação de valor.

43. A África Austral deve alavancar a sua riqueza mineral, capacidade produtiva e mercado continental em expansão para construir cadeias de valor regionais mais robustas. As estratégias nacionais devem promover o processamento de minerais, o processamento local,

as capacidades tecnológicas, o desenvolvimento de competências e uma maior participação das empresas nacionais em actividades económicas de maior valor acrescentado. A nível regional, os países devem identificar capacidades produtivas complementares e desenvolver cadeias de valor transfronteiriças que liguem a extracção mineral e a produção agrícola ao processamento, à indústria e aos mercados regionais. Uma maior agregação de valor ajudaria a reduzir a dependência das exportações de matérias-primas, apoiaria a industrialização e criaria empregos produtivos, especialmente para a crescente população jovem da região.

Mobilizar o financiamento e o investimento para a conectividade e aceleração dos ODS

44. A superação das lacunas de conectividade e de investimento produtivo na África Austral exigirá tanto uma gestão financeira pública mais robusta como uma maior mobilização de investimentos produtivos. A nível nacional, os Estados-membros devem reforçar a mobilização de recursos internos, a gestão da dívida e das finanças públicas, a preparação de projectos e os quadros de investimento, protegendo, ao mesmo tempo, as despesas prioritárias para o desenvolvimento. A nível regional, é necessária uma maior cooperação para desenvolver carteiras de projetos transfronteiriços viáveis e mobilizar financiamento para o desenvolvimento, financiamento climático e investimento privado responsável para os setores dos transportes, energia, infraestruturas digitais e cadeias de valor regionais. As abordagens de financiamento devem priorizar projetos capazes de gerar retornos económicos e sociais, mantendo a transparência, a relação custo-benefício e a sustentabilidade orçamental.

Facilitadores transversais para prioridades

45. A implementação eficaz das quatro prioridades exigirá instituições fortes, governação responsável e resiliência climática, conectividade digital e sistemas de dados fiáveis. Os Estados-Membros devem continuar a reforçar a capacidade do sector público, a transparência, os sistemas estatísticos nacionais e os mecanismos de execução local. As Revisões Nacionais Voluntárias (RNVs) e as Revisões Locais Voluntárias (RLVs) podem complementar estes esforços, reforçando a monitorização baseada em evidências, identificando lacunas de implementação e facilitando a participação das partes interessadas, a aprendizagem entre pares e a responsabilização. As instituições regionais podem apoiar ainda mais a cooperação técnica, a interoperabilidade e a troca de conhecimentos entre os Estados-Membros. A conectividade digital deve ser tratada como uma infraestrutura facilitadora em todo o comércio, finanças, administração pública e cadeias de valor regionais, enquanto a resiliência climática deve ser integrada nas quatro áreas prioritárias para reduzir o risco de que os choques relacionados com o clima comprometam os ganhos de desenvolvimento.

SECÇÃO 5. REFERÊNCIAS

1. Comissão da União Africana, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Banco Africano de Desenvolvimento e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2026). Relatório sobre o Desenvolvimento Sustentável de África 2026: Ações transformadoras, equitativas, inovadoras e coordenadas para a Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e a Agenda 2063 da União Africana para um Futuro Sustentável para Todos.
2. Governo de Angola (2025). Revisão Nacional Voluntária II de Angola 2025: Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
3. Governo do Botswana (2022). Revisão Nacional Voluntária do Botswana 2022: Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.
4. Governo de Eswatini (2025). Revisão Nacional Voluntária de Eswatini 2025 sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
5. Governo do Lesoto (2025). Revisão Nacional Voluntária do Lesoto 2025 sobre a Implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.
6. Governo do Malawi (2026). Revisão Nacional Voluntária do Malawi 2026: Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e Malawi 2063.
7. Governo da Maurícia (2024). Revisão Nacional Voluntária da República da Maurícia 2024: Criar um Futuro Resiliente e Sustentável para a Próxima Geração.
8. Governo de Moçambique (2026). Revisão Nacional Voluntária de Moçambique 2026 sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
9. Governo da Namíbia (2024). Terceiro Relatório de Revisão Nacional Voluntária da Namíbia: Progresso na Implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável rumo à Agenda 2030.
10. Governo da África do Sul (2019). Relatório da Revisão Nacional Voluntária da África do Sul de 2019: Empoderar as Pessoas e Garantir a Inclusão e a Igualdade.
11. Governo da África do Sul e Equipa das Nações Unidas no País (2025). Análise das Nações Unidas sobre a África do Sul em 2025.
12. Governo da Zâmbia (2023). Revisão Nacional Voluntária da Zâmbia 2023: Acelerar a recuperação da doença do coronavírus e a plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a todos os níveis. Ministério das Finanças e do Planeamento Nacional.
13. Governo do Zimbabué (2024). Terceiro Relatório de Revisão Nacional Voluntária do Zimbabué sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
14. Fundo Monetário Internacional (2025). Malawi – Perguntas frequentes sobre o encerramento do ECF. 14 de maio de 2025. Washington, DC: FMI. Disponível em:FMI – Perguntas frequentes sobre o Malawi.
15. Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (2026). Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2026.
16. Nações Unidas Zâmbia (2024). Atualização da Análise Comum do País: Zâmbia.